

Santa Casa da Misericórdia de Grândola



Contas de Gerência do Exercício de 2017

ÍNDICE

RELATÓRIO	6
Relatório de actividades	6
Relatório económico-financeiro	13
Lar	15
Centro de dia	16
Hemodiálise	16
Proposta de aplicação de resultados	17
Informações adicionais	17
CONTAS	18
Balanço	18
Demonstração dos resultados por naturezas	19
Anexo às demonstrações financeiras para o período findo em 31-12-2017	22
NOTA 1 Identificação da entidade	22
NOTA 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	23
NOTA 3 Principais políticas contabilísticas	23
NOTA 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	28
NOTA 5 Activos fixos tangíveis	29
NOTA 6 Activos intangíveis	30
NOTA 7 Investimentos financeiros	30
NOTA 8 Inventários	30
NOTA 9 Subsídios do governo	31
NOTA 10 Instrumentos financeiros	31
NOTA 11 Benefícios dos empregados	33
NOTA 12 Fornecimentos e serviços externos	34
NOTA 13 Outros rendimentos e ganhos	34
NOTA 15 Informações exigidas por documentos legais	35
PARECER DO CONSELHO FISCAL	36
RELATÓRIO DE AUDITORIA	38

Digo-vos: praticai o bem. Porquê? O que ganhais com isso? Nada, não ganhais nada. Nem dinheiro, nem amor, nem respeito, nem talvez paz de espírito. Talvez não ganheis nada disso. Então por que vos digo: Praticai o bem? Porque não ganhais nada com isso. Vale a pena praticá-lo por isto mesmo...

Fernando Pessoa

NOTA DE ABERTURA

Findo mais um ano, a tentação seria fazer um balanço da nossa actividade e da forma como gerimos a causa comum que é a Santa Casa da Misericórdia.

Foram anos talvez dos mais difíceis com que o país se confrontou. Um sábio de vetusta idade quando confrontado com a questão sobre se do tudo porque tinha passado alguma vez se tinha deparado com dias assim, como resposta limitou-se a dizer que não – necessidades sempre existiram – para ele a mudança radical e que torna qualquer situação mais penosa é a completa indiferença e a crescente falta de solidariedade.

E foi nossa missão estar atento, próximo, e fazer o bem não importa a quem, de acordo com os nossos melhores julgamentos embora conscientes das nossas limitações.

Os quadros legais alteram-se, os apoios reduzem-se, mas o nosso propósito manteve-se diariamente firme. Camões o escreveu: *“melhor é experimentá-lo do que julgá-lo, mas julgue-o quem não pode experimentá-lo.”*

A nós coube-nos a grata tarefa de todos os dias tentar fazer melhor. A outros, porventura mais doutos, cabe a tarefa de nos julgar.

O presente relatório dá testemunho disso mesmo, mostrando os resultados de uma estratégia de actuação que se quis prudente e cada vez mais eficiente. Aqui se apresentam para memória futura, os projectos e programas que deram corpo a esta estratégia e como resposta às necessidades e aos interesses das pessoas.

Este documento reafirma, também, o compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Grândola em respeitar os princípios das boas práticas de Gestão, da transparência, e da prestação de contas à sociedade.

Um novo mandato nos foi permitido. Por certo com novas dinâmicas, novos projectos mas com dois dados que poderão ter como adquiridos: a firmeza das nossas convicções e a

fragilidade das certezas que o sector atravessa. Mas com a experiência adquirida e o vosso apoio estamos certos nos manteremos no rumo certo.

A Mesa Administrativa ao concluir a apresentação do Relatório de Actividades e consciente da importância e valor dos apoios e estímulos recebidos propõe, que a Assembleia Geral manifeste o seu reconhecimento e o de toda a Instituição a quantos de qualquer modo contribuíram para que as actividades da Instituição apresentem os resultados alcançados, de que nos podemos orgulhar. De um modo muito especial:

. À Assembleia-geral, Conselho Fiscal e a todos os colaboradores que no dia-a-dia se esforçaram activamente na melhoria de prestação de serviços na nossa Instituição;

. A todos os benfeitores, que fazem chegar donativos tanto em espécie como em géneros.

. Para todos, bem como para os falecidos no decurso deste exercício, vão os nossos agradecimentos e que Deus a todos recompense e a Senhora das Misericórdias abençoe.

Vamos continuar a trabalhar para que a Santa Casa da Misericórdia de Grândola preste mais e melhores serviços aos idosos, aos grandolenses e a toda a comunidade.



| RELATÓRIO

| Relatório de actividades

Envolvente Social

A Santa Casa da Misericórdia de Grândola, fundada em 23 de Julho de 1568, tem como principal missão a assistência à terceira Idade, contando para isso, com duas valências: ERPI e Centro de Dia, as quais tem acordos com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, Serviço Sub-Regional de Setúbal, de 150 e 38 utentes, respetivamente.

A valência ERPI surge, como uma resposta social destinada a pessoas idosas que, por diversas razões, estejam incapacitadas para se manterem no seu domicílio. A referida valência, para além da alimentação e higiene pessoal, proporciona assistência médica, medicamentosa, enfermagem, fisioterapia e animação sócio-cultural.

Aos que frequentam o Centro de Dia, a instituição presta-lhes apoio de transporte, quatro refeições diárias, tratamento de roupa e higiene pessoal, passeios, assim como um acompanhamento muito próximo.

Cantina Social

Devido ao facto de continuar a subsistir a necessidade de apoio a famílias em dificuldades, foi assinada uma Adenda ao Protocolo de Colaboração no âmbito da Rede Solidária de Cantinas Sociais, com vista a dar continuidade ao Programa de Emergência Alimentar nos termos já instituídos. Numa ótica de complementaridade ao POAPMC (Programa Operacional Apoio Pessoas Mais Carenciadas), desde o mês de Julho houve uma redução gradual do número de refeições ao abrigo do Protocolo PEA (Programa de Emergência Alimentar).

Fornecemos alimentação gratuita a dezenas de pessoas de passagem por Grândola e a famílias que se encontravam momentaneamente em condições difíceis;

RLIS (Rede Local de Inserção Social)

A RLIS – Rede Local de Intervenção Social, encontra-se em funcionamento desde o início de Agosto de 2016 e tem a duração prevista de três anos, tendo como parceiro principal a Segurança Social.

A RLIS (Rede Local de Intervenção Social) foi criada com o objectivo de prestar apoio técnico para um atendimento e acompanhamento efectivo de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como em situações de emergência social.

O referido projeto, abrange a nível territorial os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal. Requer uma equipa multidisciplinar composta por duas técnicas a tempo inteiro e uma coordenadora a 50 %. O projecto é cofinanciado pelo POISE – Programa Operacional de Intervenção Social e Emprego.

Loja Social

A Santa Casa da Misericórdia de Grândola, atenta à actual situação socioeconómica do país e tendo em conta as dificuldades em que vivem muitas famílias, colocou à disposição dos mais carenciados um Banco de Roupas, num espaço (Loja Social) situado na rua José Vicente Serrano.

Animação Sociocultural

Os utentes das duas valências participam nas atividades organizadas semanalmente para animação e ocupação dos idosos.

As atividades de animação, têm como objetivo estimular a capacidade de concentração e reação, de aumentar a autoestima e diminuir a apatia, a desmotivação, a solidão e o isolamento social que afeta esta faixa etária – 3ª idade, promovendo o bem-estar físico, emocional e social do utente. Neste sentido desenvolveram-se durante o ano de 2017 diversas atividades de animação/ocupação, previstas no Plano Anual.

Demos continuidade ao Projecto “Intercâmbio entre as Misericórdias” de Grândola, Alcácer do Sal, Odemira, Santiago do Cacém e Sines. Neste âmbito são realizados convívios nas diferentes instituições, que para além do almoço e lanche, são realizadas atividades, com o objetivo de promover a socialização, o convívio a interação motora e lúdica entre todos os utentes.

Realizámos diversas festas de convívio na nossa Santa Casa tendo convidado outras instituições e por diversas vezes deslocaram-se Idosos da nossa Instituição a outras Instituições, para participarem em festas convívio (Ex: Centro de Dia da Abela, Centro de Dia de São Francisco, Casa do Povo da Abela, Casa do Povo de Melides, Misericórdia da Ericeira, etc.)

Proporcionamos diversos passeios aos idosos e funcionários no autocarro da Instituição. Exemplo: Santuário de Fátima, Ovibeja, Azeitão, onde foi feita uma visita guiada à fábrica da Coca-Cola, Alqueva, Moura, Mourão, Reguengos de Monsaraz, etc.

Formação

Foi assinado um protocolo com o Centro para a Qualificação (CQ) do Centro de Emprego e Formação Profissional do Alentejo Litoral. Os Centros Qualifica visam retomar, como foco central da sua atividade, a qualificação de adultos assente na complementaridade entre reconhecimento, validação e certificação de competências. A sua premissa fundamental é, não só a valorização das aprendizagens ao longo da vida, mas também a possibilidade de aumentar e desenvolver competências através da formação certificada.

Durante o ano decorreu uma Formação Modular na área da Apoio Familiar e à Comunidade promovida pelo IEFP, dirigidas às colaboradoras dos setores da Lavandaria/rouparia, limpeza e apoio direto ao idoso.

Noutro espectro da acção social:

Em permanente envolvimento com a comunidade local colaborámos ativamente com as seguintes entidades:

- . Cercigrândola
- . Bombeiros Voluntários de Grândola
- . GNR
- . Tribunal
- . Centro de Saúde
- . Hospital do Litoral Alentejano
- . Câmara Municipal de Grândola
- . Junta de Freguesia de Grândola
- . Paróquia de Grândola
- . Centro Distrital da Segurança Social
- . Associação de Socorros Mútuos Montepio Grandolense.

Como vem sendo habitual, o recinto da Misericórdia foi incluído no desfile de Carnaval organizado pela Ludoteca de Grândola, onde participaram, crianças, pais, centros de apoios escolares, a Creche e Jardim de Infância, o Estúdio Jovem e a Banda de Música, para que os Idosos pudessem assistir ao referido desfile.

A exemplo dos anos anteriores, por altura do 13 de Maio, a Santa Casa prestou apoio em termos de jantar, alojamento e pequeno-almoço, a um grupo de 75 Peregrinos (Alvalade, Ajustrel e Vila Nova de Santo André),

que se deslocaram a pé ao Santuário de N.ª Sr.ª de Fátima na Cova da Iria. Neste período estiveram também presentes treze enfermeiros da Ordem Soberana e Militar de Malta, para prestar apoio aos Peregrinos, tendo para isso montado nas instalações da Santa Casa um posto de apoio.

Como é hábito, inserido nas Festas em honra da Nossa Senhora da Penha, a imagem da Padroeira foi trazida em procissão até à Santa Casa da Misericórdia, tendo sido feita uma visita aos utentes dos vários Blocos e posteriormente celebrada uma Eucaristia na Instituição, a qual foi presidida pelo Pe Manuel António e Pe José Bravo. Estiveram presentes utentes, funcionários e comunidade.

Diversos Órgãos Sociais participaram na Procissão das Velas e das Rosas em honra da Nossa Senhora da Penha com o Estandarte da Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

A Misericórdia de Grândola esteve presente no XXIV - Encontro de Idosos da Zona Sul do Distrito de Setúbal – “Um olhar: mil sorrisos”, que teve lugar no Parque de Feiras e Exposições de Santiago do Cacém. Deslocou-se para o efeito o autocarro da Instituição com um grupo de idosos. Estiveram também presentes o Sr. Provedor, a Directora Técnica, a Psicóloga, a Animadora Sociocultural e a Encarregada Geral da Instituição. Este evento reúne utentes de várias instituições de idosos dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines. Houve almoço, lanche e vários momentos de animação, incluindo um baile.

Por solicitação da Associação Humanitária de Bombeiros Mistos de Grândola, a Santa Casa da Misericórdia colaborou no fornecimento de refeições gratuitas a um grupo de bombeiros inseridos nas Equipas de Combate a Incêndios, aos domingos, no período compreendido entre quinze de Maio e trinta de Setembro do ano transato.

Como vem sendo habitual, a Santa Casa da Misericórdia colaborou no Peditório Nacional da Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC) que se realizou no período de quinze de Maio a quinze de Novembro de dois mil e dezassete.

À semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, a Santa da Misericórdia esteve presente na Feira de Agosto 2017 Turismo, Ambiente e Desenvolvimento, no Pavilhão de Exposições através de um Stand. A exposição teve como objetivo, dar a conhecer alguns trabalhos feitos pelos utentes da Instituição.

A Santa Casa da Misericórdia de Grândola, colaborou com a Paróquia de Grândola na cedência do autocarro e motorista da Instituição, para o transporte de fiéis a Fátima Cova de Iria.

No mês de Dezembro realizou-se a tradicional Festa de Natal da Santa Casa da Misericórdia de Grândola, a qual teve início com a celebração da Santa Missa presidida pelo Padre Manuel do Rosário, coadjuvado pelo Padre José Bravo. Seguiu-se o almoço tendo havido posteriormente a distribuição de prendas aos funcionários e aos

seus filhos. Também à semelhança dos anos anteriores foram sorteados seis cabazes de Natal pelos funcionários. Foram também sorteados pelos funcionários cascóis feitos pelas idosas da Santa Casa. Seguidamente houve animação musical.

No mês de Dezembro passou dentro do recinto da Santa Casa um desfile do Pai Natal, que contou com a participação da comunidade educativa, dos clubes e associações locais, para que os idosos pudessem assistir.

Recebemos na SCMG grupos de formandos, em visita de estudo, de diversas Instituições e alunos de diferentes escolas de Grândola, para desenvolver actividades com os Idosos.

Por solicitação da Universidade de Ciências Sociais Aplicadas de Munique, no dia seis do corrente mês, um grupo de quarenta e dois estudantes e dois professores do referido instituto, visitaram o Centro de Convívio da Santa Casa da Misericórdia de Grândola, os quais foram recebidos pelo Senhor Provedor.

A Universidade de Évora em colaboração com o Instituto Português do Desporto e Juventude solicitou a colaboração da Santa Casa da Misericórdia no estudo nacional sobre a Actividade Física e Aptidão Física da população Portuguesa. Para isso, estiveram na Santa Casa um grupo de estudante a realizarem um rastreio junto dos utentes.

Vários elementos da Direcção, a Directora Técnica, a Técnica de Serviço social e a Encarregada Geral, estiveram presentes em vários eventos que se realizaram em diversas instituições.

A Directora Técnica e a Técnica de Serviço Social estiveram presentes em muitos eventos relacionados com a acção social e atividade da Santa Casa.

Somos parte integrante do/da:

- . Plano Municipal de Emergência
- . CPCJ – Comissão de Protecção Crianças e Jovens
- . CLAS – Conselho Local de Acção Social
- . Grupo de Trabalho para as questões da pessoas idosa dependente e/ou deficiente
- . Plataforma Supra Concelhia, em representação da União das Misericórdias Portuguesas

Património/Equipamento

Encontra-se em fase de conclusão o Pavilhão Polivalente da Santa Casa da Misericórdia de Grândola, o qual se destina à promoção de eventos e iniciativas de animação sociocultural.

Foi efetuado trabalhos de reparação e pintura no interior do edifício administrativo da Instituição (sala administrativa, gabinete da direcção e corredor dos WCs).

Foi feita a aplicação de pavimento e rodapé de dois quartos (SO-Bloco 2).

Foram realizados trabalhos de reparação e pintura no exterior do edifício administrativo da Instituição.

Foram adquiridas cinquenta e quatro cadeiras, destinadas aos quartos do Bloco 2.

Foi feita a aquisição de quatro ventoinhas aéreas, as quais foram instalados na rouparia, para ventilar o ar.

Foram adquiridos os seguintes imóveis:

-um imóvel, correspondente ao rés-do-chão, com saída para Rua Oliveira Mota, destinada a comércio, pertencente ao Senhor José Carlos Rodrigues Campos e esposa, Dora Isabel Carvalho Mendes Campos.

-um imóvel, prédio urbano, composto por rés-do-chão, sito na Rua Oliveira Mota, números 4 e 6, pertencente aos Senhores Arlando Francisco Gonçalves Ventura, Armando Francisco Gonçalves Ventura e Francisco António Simões e esposa, Ana Maria Veríssimo dos Santos Simões.

As referidas aquisições permitiram que a Santa Casa da Misericórdia ficasse proprietária da totalidade do quarteirão localizado junto das instalações já existentes.

Outros aspectos relevantes

A Santa Casa esteve representada pelo provedor e outros mesários em diversas reuniões com elementos do Centro Distrital, Segurança Social, com a União das Misericórdias Portuguesas, com o Secretariado do Distrito de Setúbal da União das Misericórdias Portuguesas, com a Câmara Municipal de Grândola, entre outros organismos.

A Mesa Administrativa, conjuntamente com Arquitecto Manuel Aires Mateus e o Arquitecto Jorge Silva da empresa Aires Mateus & Associados, tiveram reuniões para reforçar e transmitir as vantagens técnicas relativas ao fecho da Rua José Vicente Serrano, que permite unir os dois quarteirões da Santa Cas da Misericórdia.

O objectivo da Misericórdia é construir um equipamento com capacidade para +/-cinquenta camas, permitindo alojar os utentes que se encontram no Bloco I, e posteriormente proceder à remodelação do referido edifício.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa faz a entrega do Prémio “Nunes Correa Verdades de Faria”, resultante da vontade expressa de Enrique Mantero Belard com o intuito de distinguir personalidades que se dedicaram ao cuidado dos idosos, no progresso da medicina e no tratamento de doenças do coração. Os premiados foram, o Sr. Horácio Carvalho Pereira, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Grândola, na Área A “Cuidado e Carinho Dispensados aos Idosos Desprotegidos”, o Dr. Eduardo Nimá Haghighi, na classe B “Progresso na Medicina na sua Aplicação às Pessoas Idosas” e o Prof. Doutor Polybio Serra e Silva na classe C “Progresso no Tratamento das Doenças de Coração”.

Esta distinção ao Sr. Provedor Horácio Carvalho Pereira, trata-se de um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido ao longo de mais de trinta e quatro anos, à frente da Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

O Senhor provedor entregou a totalidade do prémio pessoal recebido, no valor de doze mil e quinhentos euros, à Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, para minimizar os prejuízos causados pelo devastador incêndio que atingiu aquele concelho.

O Senhor Provedor recebeu o jornalista do Jornal Expresso para a realização de uma entrevista sobre a Prática assistencial e cuidado ao próximo. A razão da Misericórdia de Grândola ter sido escolhida, deveu-se ao facto de ao longo dos quatrocentos e quarenta e nove anos de existência, ter sido e continuar a ser uma instituição com um peso muito forte no concelho, revelando uma dinâmica junto da sociedade, especialmente na franja mais débil, que são os idosos. Esta entrevista foi publicada na edição da revista Portugal em Destaque.

O Senhor Provedor, a Directora Técnica, a Técnica de Serviço Social e a Técnica Superior Administrativa, estiveram presentes em vários Workshops Temáticos e diversas Sessões de Esclarecimentos promovidas pela União das Misericórdias Portuguesas, com objectivo de transmitir e clarificar alterações legislativas.

Saúde

Gastroenterologia

Realizaram-se 241 exames de Endoscopias.

Hemodiálise

Durante o ano foram prestados serviços a uma média de 112 doentes/mensais.

Movimentação de utentes

Durante o ano de 2017 faleceram no Lar 16 homens e 16 senhoras e foram admitidos 11 homens e 19 senhoras.

No Centro de Dia foram admitidos 5 homem e 4 senhoras.



| Relatório económico-financeiro

A Santa Casa da Misericórdia de Grândola adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC-ESNL), tendo seguido, no processo de transição do Plano de Contas para Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS) para as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL), todos os requisitos previstos na «RCRF3 - adopção pela primeira vez Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro», tendo a data de transição sido reportada a um de Janeiro de 2010.

A análise económica e financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela Santa Casa da Misericórdia de Grândola, bem com a sua situação patrimonial e financeira a 31 de Dezembro de 2017.

Esta análise deverá ser efectuada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas apresentadas na última parte desta análise.

De modo a permitir a comparabilidade dos dados apresentados todos os mapas incluídos no relatório e contas terão como referência o ano de 2017 e o anterior.

Da actividade da Santa Casa da Misericórdia de Grândola resultou um montante de 4.904.903,01€ de rendimentos e um montante de gastos no valor de 4.489.339,93€ e encerrou o ano de 2017 com um resultado líquido de 415.563,08€.

Visando apurar o contributo de cada valência e actividade identificaram-se os seguintes centros de custo:

- . Valências:

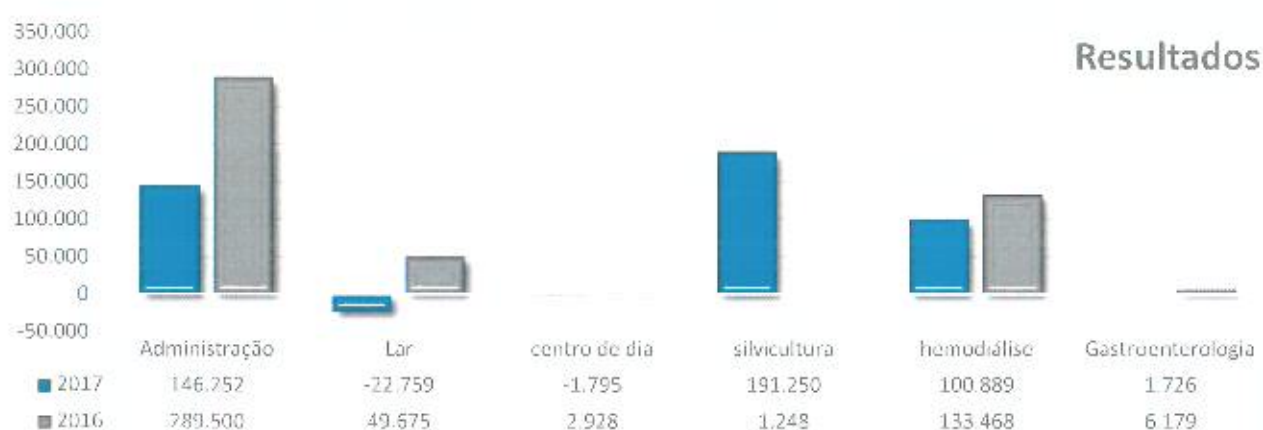
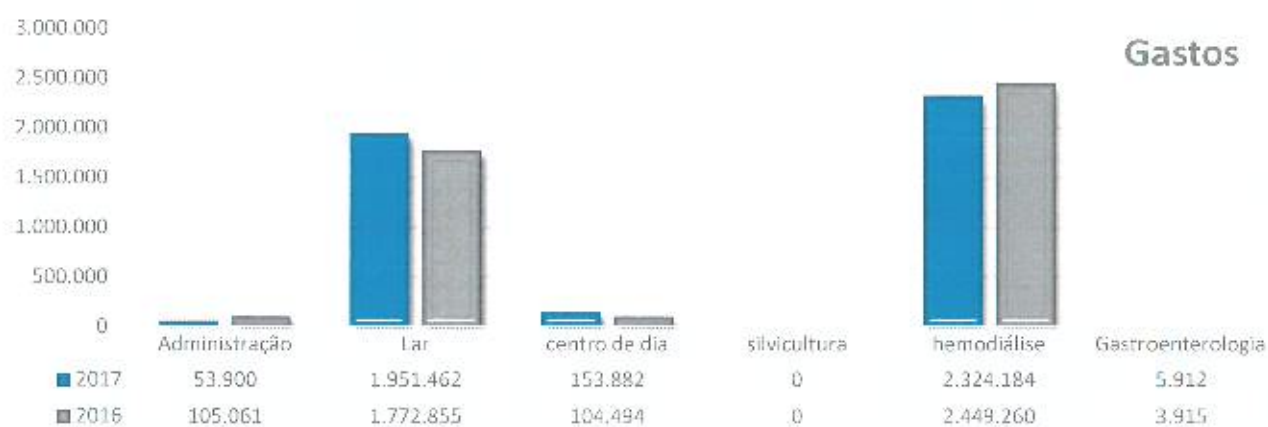
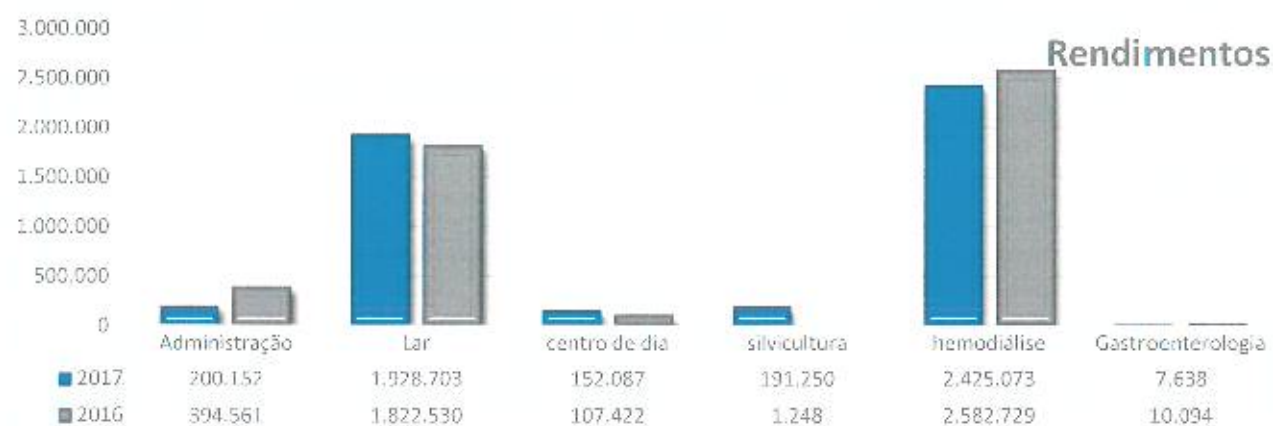
- . Lar
- . Centro de dia

- . Actividades:

- . Silvicultura
- . Saúde:
 - . Hemodiálise
 - . Gastroenterologia

- . Administração – onde são reconhecidos todos os rendimentos e gastos não passíveis de imputação directa aos outros centros: rendas – rústicas e urbanas, donativos – activos e passivos, quotas – activas e passivas, juros, e rendimentos de bens em comum com a Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal.

Os quadros seguintes sintetizam o correspondente contributo.

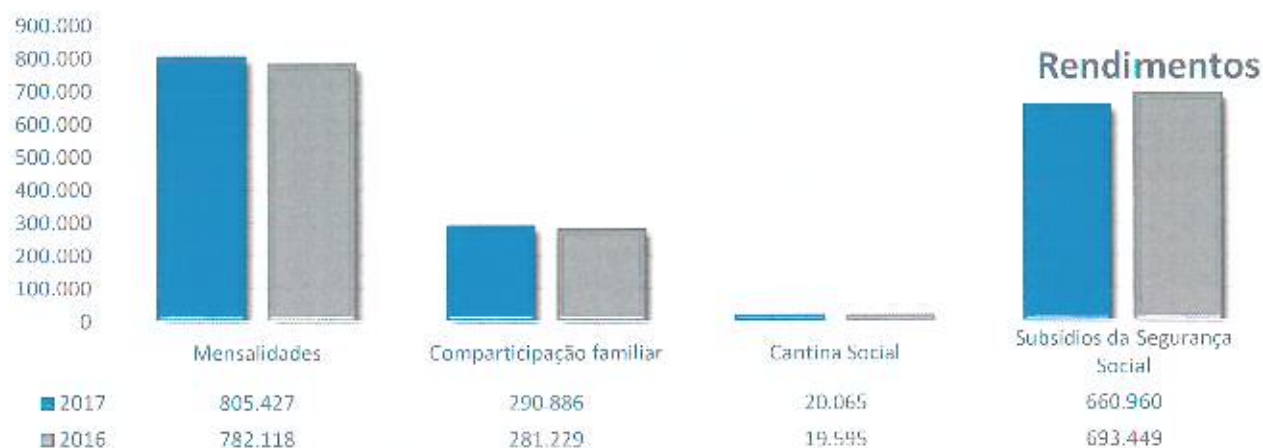


De realçar que, quer a valência Internamento, quer a valência Centro de Dia apresentam resultados operacionais negativos.

Em seguida se analisam os dados que nos mereceram maior destaque:

| Lar

Os rendimentos do lar; mensalidades, comparticipação familiar e subsídios da segurança social tiveram a seguinte expressão:



Verifica-se uma variação positiva, embora residual da ordem dos 0,05% que se fica a dever:

. Acréscimo de mensalidades	2,98 %
. Acréscimo de comparticipações familiares	3,43 %
. Acréscimo de Cantina Social	2,40 %
. Decréscimo das comparticipações da segurança Social	4,69 %

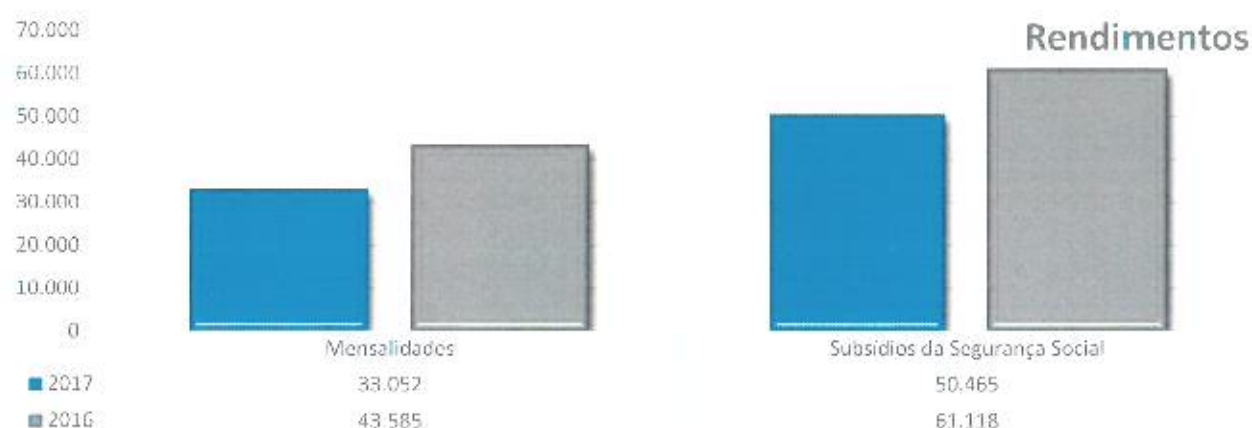
Os gastos do Lar mais relevantes tiveram a seguinte expressão:



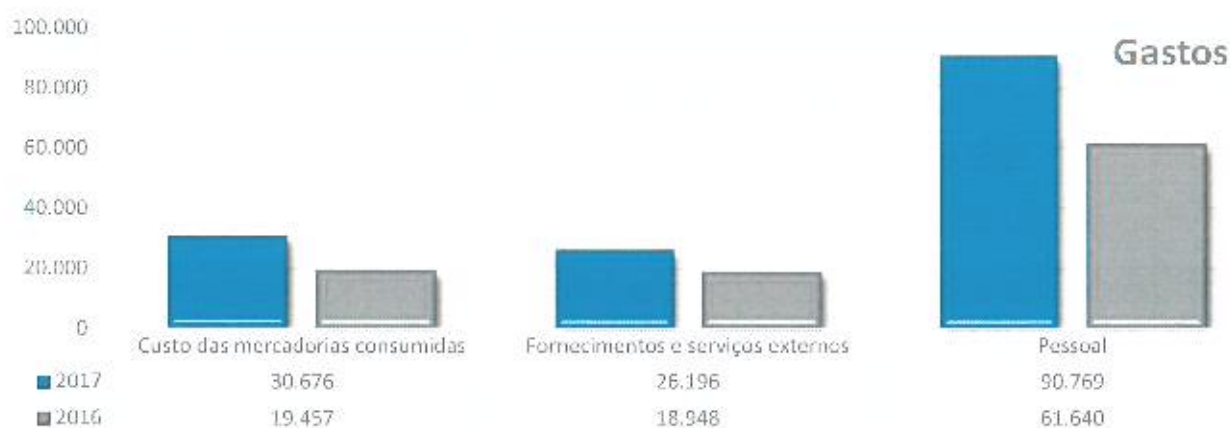
Para a imputação de gastos com o custo das mercadorias consumidas (géneros alimentares, fármacos, material hoteleiro e hospitalar), fornecimentos e serviços externos e pessoal utilizou-se uma chave de repartição que teve como base o contributo dos rendimentos. Assim foi imputado à valência Lar 95,51% e à valência Centro de dia 4,49%.

| Centro de dia

Os rendimentos do centro de dia: mensalidades e subsídios da segurança social tiveram a seguinte expressão:

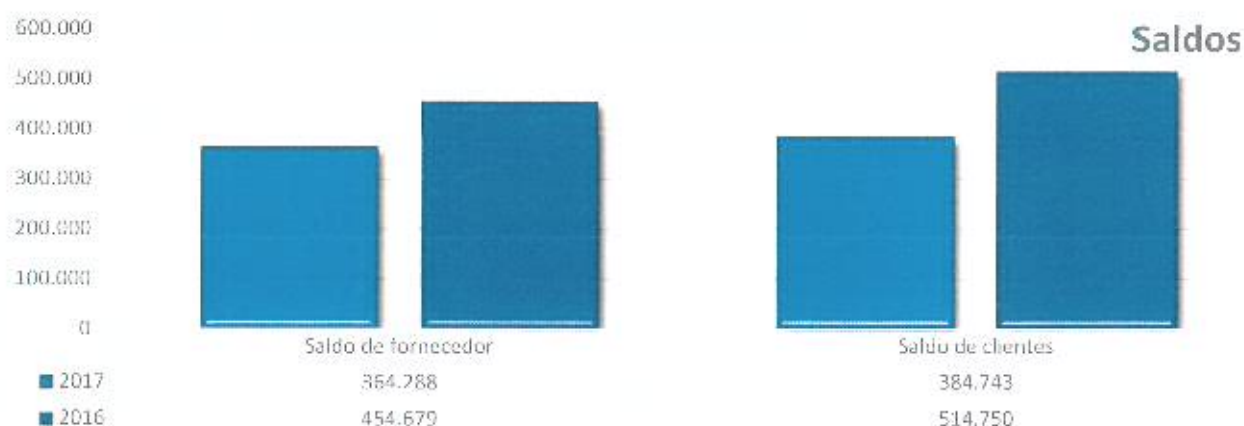


Os gastos do Centro de dia mais relevantes tiveram a seguinte expressão:



| Hemodiálise

É realçado neste ponto o aumento considerável do saldo médio de pagamentos por parte da Unidade de Saúde Local do Litoral Alentejano e o consequente aumento do saldo de clientes e o correspondente aumento do saldo de fornecedores (Nephocare).



| Proposta de aplicação de resultados

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2017, no valor de 415.563,08 €, seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados transitados	415.563,08 €
--------------------------	--------------

| Factos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2017.

| Informações adicionais

Continua em projecto, um investimento muito importante para o futuro da SCMG e da região e a concretizar nos próximos anos - a construção de um equipamento para 70/80 pessoas acamadas e/ou dependentes.

Grândola, 22 de Março de 2018

| CONTAS

| Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016			(euros)
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	5	4.930.755,14	4.701.123,44
Activos intangíveis	6	245,49	414,22
Investimentos financeiros	7	1.850.686,58	1.847.874,44
		6.781.687,21	6.549.412,10
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	8	16.281,16	14.205,08
Créditos a receber	10	676.597,60	474.634,34
Estado e outros entes públicos	10	12.277,70	25.145,36
Diferimentos		2.382,38	804,61
Outros activos correntes	10	215.536,73	241.789,24
Caixa e depósitos bancários		8.484.199,05	8.352.413,65
		9.407.274,62	9.108.992,28
TOTAL DO ACTIVO		16.188.961,83	15.658.404,38
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		5.422.301,75	5.422.301,75
Reservas			
Resultados transitados	10	8.026.115,60	7.749.671,02
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10	632.203,82	709.022,23
		14.080.621,17	13.880.995,00
Resultados líquidos do período		415.563,08	276.444,58
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		14.496.184,25	14.157.439,58
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	10	621.830,45	416.787,87
Estado e outros entes públicos	10	30.377,91	37.852,28
Diferimentos		234.512,53	304.532,05
Outros passivos correntes	10	806.056,69	741.792,60
		1.692.777,58	1.500.964,80
TOTAL DO PASSIVO		1.692.777,58	1.500.964,80
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		16.188.961,83	15.658.404,38

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de Dezembro de 2017.

| Demonstração dos resultados por naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016			
(euros)			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		1.369.536,58	1.151.605,28
Subsídios, doações e legados à exploração	9	899.002,16	818.441,26
Variação nos inventários de produção			-
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	(419.694,99)	(337.744,19)
Fornecimentos e serviços externos	12	(2.690.919,63)	(2.691.488,13)
Gastos com o pessoal	11	(1.275.882,59)	(1.242.983,43)
Outros rendimentos	13	2.636.364,27	2.674.411,89
Outros gastos	14	(17.461,40)	(8.111,47)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		500.944,40	364.131,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(85.381,32)	(87.686,63)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		415.563,08	276.444,58
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		415.563,08	276.444,58
Imposto sobre o rendimento do período			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		415.563,08	276.444,58

O Anexo faz parte integrante desta Demonstração dos Resultados por natureza do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

| Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N-1

		(Euros)					
Rubricas	notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	5.422.302	7.318.073	736.935	482.998	13.983.308	13.983.308
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						0	0
Alterações de políticas contabilísticas						0	0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						0	0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						0	0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						0	0
Ajustamentos por impostos diferidos						0	0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						0	0
Aplicação do resultado líquido			482.998	-482.998			
Outras alterações			-51.400	-50.913	-102.313		
	2	0	431.598	-50.913	-482.998	-102.313	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				276.445	276.445	276.445
RESULTADO EXTENSIVO	4+5+6	0			174.132	174.132	174.132
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos						0	0
Subsídios, doações e legados						0	0
Outras operações						0	0
	5	0	0	0	0	0	0
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6+7+8+9	5.422.302	7.749.671	709.022	276.445	14.157.439	14.157.439

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N

		(Euros)					
Rubricas	notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	5.422.302	7.749.671	709.022	276.445	14.157.439	14.157.439
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						0	0
Alterações de políticas contabilísticas						0	0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						0	0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						0	0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						0	0
Ajustamentos por impostos diferidos						0	0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						0	0
Aplicação do resultado líquido			276.445	-276.445		0	
Outras alterações (subsídios)				-74.764	-74.764		
Outras alterações (doações)				-2.054	-2.054		
	7	0	276.445	-76.818	-276.445	-76.818	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				415.563	415.563	415.563
RESULTADO EXTENSIVO	9+10	0			338.745	338.745	338.745
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos						0	0
Subsídios, doações e legados						0	0
Outras operações						0	0
	10	0	0	0	0	0	0
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+9	5.422.302	8.026.116	632.204	415.563	14.496.184	14.496.184

| Demonstração de fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		(euros)	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		3.811.465,85	3.695.170,32
Pagamento de subsídios			
Pagamento de apoios			
Pagamento de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(2.991.812,88)	(3.062.488,46)
Pagamentos ao pessoal		(1.255.858,13)	(1.062.528,46)
caixa gerada pelas operações		(436.205,16)	(429.846,60)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		732.734,77	476.080,38
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)		296.529,61	46.233,78
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(354.866,84)	(414.699,49)
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			(1.901,20)
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		72.048,44	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		47.856,14	48.143,01
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		21.161,18	30.858,83
Dividendos			
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		(213.801,08)	(337.598,85)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		49.490,87	54.748,72
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(434,00)	(520,47)
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)		49.056,87	54.228,25
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		131.785,40	(237.136,82)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.352.413,65	8.589.550,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8.484.199,05	8.352.413,65

O Anexo faz parte integrante desta Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

| **NOTA 1 | Identificação da entidade**

Designação da entidade

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Grândola abreviadamente designada por ("SCMG").

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de direito privado e utilidade pública reconhecida como uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

Sede

Rua de D. Ana Luíza da Cruz Costa
75710-183 GRÂNDOLA

NIPC

501 055 134

Natureza da atividade

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Grândola tem como finalidade praticar a solidariedade social através de atividades de apoio à família e de proteção à infância e à velhice.

No âmbito da missão a que se propôs a SCMG assegura nas suas instalações as seguintes valências:

- . Lar para internamento de idosos;
- . e Centro de dia;

Em parceria assegura ainda:

- . Com a empresa Nephrocare serviços de diálise;
- . Com a empresa A. Mateus Dias, Lda. serviços na especialidade médica de gastroenterologia

Face ao seu reconhecimento como IPSS, encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas, nos termos do art.º 10º do CIRC. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro/cinco anos. Deste modo as declarações fiscais e de segurança social referentes aos anos de 2014 a 2017 e 2013 a 2017, respetivamente, poderão vir a ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades inspetivas não terão efeitos significativos nas presentes demonstrações financeiras.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros.

NOTA 2 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, no quadro das disposições em vigor em Portugal; e que se encontram consignadas para entidades do sector não lucrativo (ESNL) no Aviso 8258/ de 2015 de 29 de Julho, e na Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho e na Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as NCRF e Normas Interpretativas (NI); as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC/IFRIC.

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e seu reconhecimento que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunção das mesmas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamento material ao valor dos ativos e passivos.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

NOTA 3 | Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

A) BASES DE APRESENTAÇÃO

1. Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

2. Pressuposto do acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3. Consistência da apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são **materialmente relevantes** se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos **utentes** com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos concedidos pela SCMG. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

6. Informação comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação entre períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

B. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	-	20	a	50	anos
Equipamento básico	-	4	a	8	anos
Equipamento de transporte	-	3	a	7	anos
Equipamento administrativo	-	2	a	10	anos
Outros ativos fixos tangíveis	-	1	a	4	anos

2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3. Imposto sobre o rendimento

Face ao seu reconhecimento como IPSS, encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas, nos termos do art.º 10º do CIRC.

4. Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

5. Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a SCMG se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A SCMG desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A SCMG desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

6. Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da SCMG. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

A SCMG reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a SCMG obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A SCMG baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

7. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma existe certeza razoável de que a SCMG irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

8. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

- . Benefícios de curto-prazo
 - . Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social e licença por doença.
- . Benefícios de cessação
 - . Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da SCMG cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

C) JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

D) ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não houve alterações nas políticas ou nas estimativas contabilísticas.

Não foram detectados erros.

NOTA 5 | Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31/12/2016 e em 31/12/2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO									
Rubricas	Saldo em 01-01-2016	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2016	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-01-2017
Terrenos e recursos naturais	2.013.876	0			2.013.876				2.013.876
Edifícios e outras construções	3.983.279	0			3.983.279				3.983.279
Equipamento básico	752.805	3.386			756.191				756.191
Equipamento de transporte	134.773	0			134.773				134.773
Equipamento administrativo	87.454	1.349			88.803	2.643			91.445
Outros activos fixos tangíveis	5.312	0			5.312				5.312
Activos fixos tangíveis em curso	819.657	392.060			1.211.737	312.202			1.523.938
Adiantamentos p/ aft	0	0			0				0
	7.997.157	396.814	0	0	8.103.971	314.844	0	0	8.508.515
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS									
Rubricas	Saldo em 01-01-2016	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2016	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-01-2017
Terrenos e recursos naturais	0	0			0				0
Edifícios e outras construções	2.451.017	78.501			2.529.524	77.395			2.606.919
Equipamento básico	737.519	4.556			742.078	3.112			745.190
Equipamento de transporte	134.773	0			134.773				134.773
Equipamento administrativo	86.075	3.280			89.356	3.502			92.858
Outros activos fixos tangíveis	1.914	1.203			3.117	1.203			4.320
Activos fixos tangíveis em curso	0				0				0
	3.405.291	87.540	0	0	3.492.847	85.212	0	0	3.578.060
ACTIVO LÍQUIDO	4.391.858				4.701.123				4.930.755

Em 31/12/2017 não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

GASTOS COM DEPRECIAÇÕES		
Rubricas	2016	2017
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	78.506,59	77.395,12
Equipamento básico	4.558,55	3.112,14
Equipamento de transporte		
Equipamento administrativo	3.280,33	3.502,23
Outros activos fixos tangíveis	1.203,11	1.203,10
Activos fixos tangíveis em curso		

NOTA 6 | Ativos intangíveis

ACTIVO BRUTO									
Rubricas	Saldo em 01-01-2016	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2016	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2017
Programas de computador	2.091,00	552,27	0,00		2.643,27		0,00		2.643,27
	2.091,00	552,27	0,00	0,00	2.643,27	0,00	0,00	0,00	2.643,27
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS									
Rubricas	Saldo em 01-01-2016	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2016	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2017
Programas de computador	2.091,00	138,05	0,00		2.229,05	168,73			2.397,78
	2.091,00	138,05	0,00	0,00	2.229,05	168,73	0,00	0,00	2.397,78
ACTIVO LÍQUIDO	0,00				414,22				245,49

GASTOS COM AMORTIZAÇÕES									
Rubricas	2016					2017			
Programas de computador					0,00	138,05			168,73
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138,05	0,00	0,00	168,73

NOTA 7 | Investimentos financeiros

Os valores reconhecidos em investimentos financeiros correspondem:

- À subscrição de títulos de investimento da CCAM da Costa Azul, CRL., reembolsáveis a cinco anos, vencendo anualmente juros nominais de 4,00%;
- Ao Fundo de Compensação de trabalho;
- Ao Fundo de reestruturação do Sector Social.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
Rubricas	Saldo em 01-12-2016	Aumentos e reforços	Abates, alienações e reembolsos	Saldo em 31-12-2016	Aumentos e reforços	Abates, alienações e reembolsos	Saldo em 31-12-2017
CCAM Costa Azul, CRL	1.845,215	800,000	600,000	1.845,215	1.845		1.847,060
Fundo Compens. Trabalho	1.857	1.901	1.774	1.984	2.565	1.598	2.951
Fundo Reest. Setor Social	675	0		675			675
	1.847,747	801.901	601.774	1.847,874	4.410	1.598	1.850,687

NOTA 8 | Inventários

Os inventários da Santa Casa da Misericórdia de Grândola dividem-se em duas rubricas:

- Géneros alimentares
- Material de saúde e higiene

QUANTIAS DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERÍODO

		Saldo em 31-12-2017			Saldo em 31-12-2016		
		Mercadorias	Matérias primas, Subsídias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias primas, Subsídias e de consumo	Totais
DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS:							
Inventários no começo do período	+		14.205,08	14.205,08		9.570,50	9.570,50
Compras							
Compras	+		426.920,40	426.920,40		328.272,12	328.272,12
Devoluções de compras	-			0			0
Descontos e abatimentos em compras	-		20340,15	20340,15			0
Regulatações	+		15.190,82	15.190,82		14.106,65	14.106,65
Inventários no fim do período	+		16.261,16	16.261,16		14.205,08	14.205,08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=	0	419.694,39	419.694,99	0	337.744,19	337.744,19

NOTA 9 | Subsídios do governo

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

	BALANÇO		Demonstração de resultados			
	Fundo patrimonial		Imputação de subsídios para investimentos		Subsídios à exploração	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Relacionados com investimentos						
Proj. Luta contra a pobreza	7.543,21	15.086,41	7.543,20	7.543,20		
Proj. recuperar para melhor servir	532.225,91	599.447,01	57.221,10	41.315,64		
(A)	539.769,12	614.533,42	74.764,30	48.858,84	0,00	0,00
Relacionados com exploração						
Lares					687.954,57	660.960,00
Centros de dia					44.780,10	50.465,10
Projecto RLIS					69.582,13	0,00
Doações / Donativos					96.685,26	107.016,16
(B)	0,00	0,00	0,00	0,00	899.002,16	818.441,26

NOTA 10 | Instrumentos financeiros

A Santa Casa utiliza diferentes instrumentos financeiros no exercício. Aqui se dá conta da situação patrimonial comparativa das várias classes de instrumentos financeiros.

CLIENTES/UTENTES

	Valor nominal		Imparidades		Valor Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Rendeiros	42.059,39	62.487,08			42.059,39	62.487,08
Utentes	24.766,03	23.675,73			24.766,03	23.675,73
Saúde - Serviços externos	609.772,18	388.471,53			609.772,18	388.471,53
	<u>676.597,60</u>	<u>474.634,34</u>			<u>676.597,60</u>	<u>474.634,34</u>

OUTROS ATIVOS CORRENTES

	Valor nominal		Imparidades		Valor Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
					0,00	0,00
Pessoal	1.212,90	1.280,06			1.212,90	1.280,06
Saldos devedores em fornecedores					0,00	0,00
Outros devedores	800,23	1.059,72			800,23	1.059,72
União das Misericórdias					0,00	0,00
Montepio Grandolense		530,33			0,00	530,33
POISE	204.719,85	219.791,25			204.719,85	219.791,25
Devedores por acréscimo de rendimentos						
ISS - cantinas sociais	3.068,75	1.937,50			3.068,75	1.937,50
Bens em comum com a SCMAS					0,00	0,00
Juros a Receber (conta SC)	5.558,00	15.913,50			5.558,00	15.913,50
Juros a Receber (conta utildes)	177,00	1.276,88			177,00	1.276,88
FCT					0,00	0,00
	215.536,73	241.789,24			215.536,73	241.789,24

FORNECEDORES

	Valor nominal		Imparidades		Valor Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecedores gerais c/c	48.600,29	52.499,73			48.600,29	52.499,73
Fornecedores serviços externos						
Hemodálise	573.230,16	364.288,14			573.230,16	364.288,14
	621.830,45	416.787,87			621.830,45	416.787,87

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	Valor nominal	
	2017	2016
Corrente (saldos credores)		
Retenção imposto s/ rend.		
Trabalho dependente	4.279,00	4.796,00
Trabalho independente	1.043,79	1.776,87
Iva a pagar	0,00	5.184,78
Contribuição p/ Seg. Social	25.055,12	26.094,63
	30.377,91	37.852,28
Corrente (saldos devedores)		
Iva (reembolsos pedidos)	9.751,37	25.145,36
Iva a recuperar	2.526,33	
	12.277,70	25.145,36

OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Valor nominal		Imparidades		Valor Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecedores de Investimentos	11.211,38	17.892,45			11.211,38	17.892,45
Pessoal	174,87	125,30			174,87	125,30
Outros credores						
Montepio	10.853,63	33.033,39			10.853,63	33.033,39
Poph	0,00	0,00			0,00	0,00
Descontos judiciais	445,44	0,00			445,44	0,00
Valores de utentes à guarda	606.874,29	508.690,58			606.874,29	508.690,58
Credores por acréscimos de gastos						
Remunerações a pagar ao pessoal	176.497,08	180.454,97			176.497,08	180.454,97
TOC/EDP	0,00	1.595,91			0,00	1.595,91
	<u>806.056,69</u>	<u>741.792,60</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>806.056,69</u>	<u>741.792,60</u>

Alterações verificadas em fundos patrimoniais

Verificaram-se alterações na rubrica resultados transitados decorrentes:

- . Do reconhecimento do resultado líquido do ano anterior, no valor de 276.444,58 euros;

Verificaram-se alterações na rubrica outras variações em fundos patrimoniais decorrentes do reconhecimento:

- .. Da reintegração subsídios ao investimento no valor de 74.764,30 euros;
- . Da percentagem de réditos sobre bens doados no valor de 2.054,11 euros.

NOTA 11 | Benefícios dos empregados**BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

DESCRIÇÃO	2017	2016
Remunerações do pessoal	1.018.247	996.638
Pensões	3.320	3.356
Indemnizações	0	0
Encargos sobre remunerações	226.728	219.045
Seguro de acidentes de trabalho	16.841	11.256
Gastos de acção social	0	950
Medicina no trabalho	4.970	4.349
Higiene e segurança	359	417
Formação	0	6.974
Gastos com fardamento	5.417	0
	<u>1.275.883</u>	<u>1.242.983</u>

Em 31/12/2017 a SCMG tinha ao seu serviço 119 trabalhadores.

NOTA 12 | Fornecimentos e serviços externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
DESCRIÇÃO	2017	2016
SUBCONTRATOS		
Explorações Agrícolas	81.358,55	
Tratamentos		
Hemodiálise	2.297.121,58	2.324.120,69
Endoscopia gastroenterológica	2.072,33	5.912,07
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		
Trabalhos especializados	20.501,36	22.436,13
Publicidade	1.107,00	0,00
Vigilância e segurança	554,33	1.548,12
Honorários	49.785,58	46.103,20
Conservação e reparação	34.243,27	24.650,51
Outros	33.482,21	34.839,72
MATERIAIS		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	10.118,36	9.216,91
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	10.369,01	12.697,83
Artigos para oferta	1.452,00	0,00
ENERGIA E FLUÍDOS		
Electricidade	76.121,80	75.874,21
Combustíveis	51.389,12	49.713,87
Água	0,00	0,00
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES		
Deslocações e estadas	3.710,60	1.045,45
SERVIÇOS DIVERSOS		
Rendas e alugueres	376,38	376,38
Comunicação	8.529,11	6.168,19
Seguros	4.775,61	1.723,27
Contencioso e notariado	1.360,36	1.256,01
Despesas de representação	0,00	2.273,04
Limpeza, higiene e conforto	2.160,74	71.232,20
TOTAL	2.690.919,63	2.691.488,13

NOTA 13 | Outros rendimentos

OUTROS RENDIMENTOS		
DESCRIÇÃO	2017	2016
Tratamentos/Exames		
Hemodiálise	2.425.073,13	2.453.819,14
Gastroenterologia	7.638,20	7.821,41
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Rendas e outros rendimentos de propriedades de inv		
Terrenos e recursos naturais	33.754,84	36.421,01
Edifícios e outras construções	1.101,24	1.009,47
Bens em comum S.C. Alcacer do Sal	4.930,74	6.131,61
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financ.		
Títulos de capital - distribuição	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		
Reembolso serinas de refeição	485,54	588,81
Reembolso telefone	0,00	0,00
Reembolsos diversos/Exploração Casa Mortuária	17.389,72	19.087,37
Administração de herdades	0,00	0,00
Alienação de imóvel	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimento	74.764,30	48.858,84
Rendimentos de bens doados	2.054,11	2.054,11
Rendimentos financeiros de bens de utentes à guarda	155,13	3.027,33
Correcção a exercícios anteriores	0,00	687,45
Juros		
De depósitos	21.161,18	46.762,33
De outras aplicações financeiras	47.856,14	48.143,01
Outros		
TOTAL	2.636.364,27	2.674.411,89

NOTA 14 | Outros gastos


OUTROS GASTOS		
DESCRIÇÃO	2017	2016
Impostos/Taxas	85,00	25,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Donativos	1.000,00	1.000,00
Quotizações	3.550,00	6.050,00
Correcções de exercicios anteriores	12.365,02	
Outros	461,38	1.036,47
TOTAL	17.461,40	8.111,47

NOTA 15 | Informações exigidas por documentos legais

A Mesa Administrativa informa que a SCMG não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

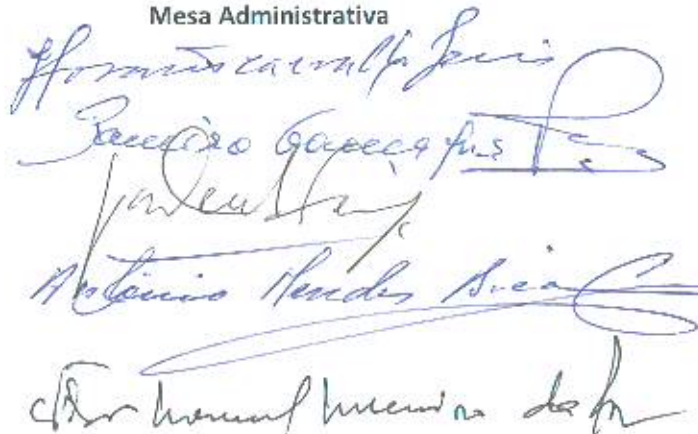
Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Mesa Administrativa informa que a situação da SCMG perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O Contabilista Certificado



António Carneiro de Moura
TOC 11838

Mesa Administrativa





PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal vem apresentar o seu PARECER relativo ao Relatório de Actividades e Contas referentes ao exercício económico de 2017.

O Conselho Fiscal analisou e apreciou as Contas do ano de 2017 da Santa Casa da Misericórdia de Grândola e examinou também o Relatório de Auditoria subscrito em 23 de Março de 2018 pela Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. respeitante às referidas Contas do exercício económico de 2017.

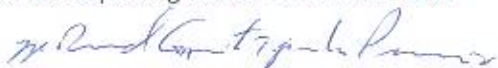
Nestes termos, e tendo sempre presente o Relatório de Auditoria anteriormente referido, o Conselho Fiscal é de parecer que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com as principais políticas contabilísticas em vigor, apresentando de forma clara, verdadeira e apropriada, a situação financeira e patrimonial da Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

Propomos, assim, que seja aprovado o Relatório de Actividades e Contas do exercício económico de 2017 da Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

Grândola, 23 de Março de 2018



Assinado: Dr. Filipe Augusto de Oliveira e Silva



Dr. Jorge Manuel Gamito Tojinha Pereira



José Trindade Mateus

Dr. Luís Filipe de Castilho e Cunha (*presidente*)
Dr. Carlos Manuel Tojinha Gamito (*1º secretário*)
Arq. Alberto Sallatty de Aires Mateus (*2º secretário*)

MESA ADMINISTRATIVA

Horácio Carvalho Pereira (*provedor*)
Ramiro Gonçalves Pereira (*vice-provedor*)
Jorge Duarte Ferreira (*secretário*)
António Mendes Bica (*tesoureiro*)
Dr. Victor Manuel Guerreiro da Rocha (*vogal*)
Eng.º José Luís Gomes Dias (*1º suplente*)
Dra. Cristina Isabel Servinho Castilho e Cunha (*2º suplente*)

CONSELHO FISCAL

Dr. Filipe Augusto de Oliveira e Silva (*presidente*)
Dr. Jorge Manuel Gamito Tojinha Pereira (*1º vogal*)
José Trindade Mateus (*2º vogal*)
Manuel Maria Julião da Fonte (*1º suplente*)
José Alfredo de Sousa Santos (*2º suplente*)



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOÃO M. OLIVEIRA DO JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZ
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA PAULINA CARLOS
OCTÁVIO CARVALHO V. AÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GRÂNDOLA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 16.188.962 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.496.184 euros, incluindo um resultado líquido de 415.563 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações do fundo patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GRÂNDOLA** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Encontra-se por concluir o processo de inventariação dos imóveis pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Grândola, razão pela qual não nos podemos pronunciar sobre os valores destes refletidos nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 4

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As

distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS

Somos de parecer que o relatório e contas foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de março de 2018

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por



Carlos Manuel Grenha, R.O.C. n.º 1266